

De repente, no último verão*

(...) *fragmentos, fragmentos, fragmentos*

Fernando Pessoa

*Enéas Costa de Souza***

Procuramos uma metáfora para definir a situação do governo de Fernando Henrique Cardoso. Sinceramente, hesitamos entre muitas: caos, vendaval, tempestade, turbilhão, redemoinho, etc. Pouco importa. O que sentimos é a volúpia de uma situação complexa, que, paradoxalmente, não era esperada pela arguta inteligência do Presidente. Sua sensibilidade estava preparada para a posição de estadista, já que, homem de ciências sociais e astro da política nacional, lhe parecia compreender o panorama, o horizonte que emergia à sua frente. Vindo do Itamarati e da Fazenda, do Parlamento e de campanhas políticas, parecia que tinha estado em todos os tiroteios do Mundo. Fernando Henrique Cardoso surpreendeu-se, e nós também. Algo desequilibrava sua elegante posição. Não que se esteja no solo. Ele está de pé, mas com o olhar turvo e a mente um pouco atrapalhada. O real está ameaçado, as reformas do Estado estão atravancadas, a política econômica e social está muito restrita, a sua imagem e a sua comunicação com a massa estão declinantes, a sua articulação política tem recebido críticas, e a sua democracia está sendo vista como autoritária, de direita, etc. A impressão que se tem é a de que o Presidente e seu governo foram capturados pelo curto prazo, os seus olhos e as suas mentes não conseguem se apoiar em algum ponto do longo prazo, pois o longo prazo ainda não existe para o Brasil.

O Ministro Sérgio Motta, divulgou-se, teria dito "O Serra só fala de corte e de corte. Tem de falar de projeto de desenvolvimento". Pois aqui se encontra o ponto magno da questão, aquele que mostra a profunda divisão do País. De um lado, as tensões exasperantes do momento — a desvalorização do real, o controle da demanda, os déficits da balança comercial, o vazamento de

* Artigo redigido em 06.04.95.

** Economista da FEE.

informações do Banco Central, os cortes do orçamento, dentre outras —; de outro, a quase impossibilidade de pensar uma política industrial, uma política agrícola, uma política tecnológica, etc. O Governo está rasgado entre essas duas margens.

É preciso ver o que está acontecendo. O analista, diante de uma situação complexa — porque é uma situação complexa —, terá que apontar mais questões do que propostas. Ainda saber os galhos que nos emaranham é melhor do que se atirar na primeira solução, geralmente desastrosa.

Então, vejamos: o Governo está dividido em duas bordas. E, ao mesmo tempo, envolto por uma ideologia empresarial — salutar na empresa, desastrosa no setor público — de ir resolvendo tudo rapidamente, na "marra" como disse um dos mais impacientes críticos de Fernando Henrique Cardoso. Cortar gastos, diminuir o setor público, aprovar matérias constitucionais sem demora. E tantas e tantas outras questões. Só que a ação de um governo é política e não econômica; esta se subordina àquela. E a política se faz com projeto, com estratégia, com habilidade, com negociação e arte. Tudo o que Fernando Henrique teve no Ministério da Fazenda e parece lhe escapar agora.

Tentemos afinar o nosso olhar no exame da abelheira, sem que ela nos atinja.

Os caminhos divergentes da política e da economia

O Governo está envolto numa teia que tem muitas facetas. A primeira, já falamos: está dilacerado entre o curto e o longo prazo, o que quer dizer esgarçado entre a política e a economia, deixando-se levar pelo economismo. Nesse caminho, perde o apoio de grupos econômicos e da população, porque a economia, do puro senso, da resolução de questões imediatas, furta o sonho e o destino de um país, que só a política articula e fala. Contra as demoras e os obstáculos, contra a impaciência da hora presente, só a política e sua farmácia de idéias e de símbolos, de propostas e de alianças é capaz de atravessar o mar dos mil e um perigos. E o que temos é o discurso obsessivo e racional do cotidiano econômico: taxa de câmbio, taxa de juros, freio no consumo, exportações/importações, a Bolsa cai, a Bolsa subiu, etc. Não que tudo isso não seja importante. O que não pode ficar de fora é a política que comanda e organiza a economia. Esta é técnica, mas liderada pela sociedade.

O governo de Fernando Henrique Cardoso diz que tem uma política que se materializa num projeto nacional, dito de "inserção da economia brasileira na economia mundial". Examinando demoradamente, vemos que não há uma clareza sobre o que isso significa, e, portanto, não há um projeto, há apenas uma idéia, um esboço de projeto. Por quê?

Quando se faz um projeto, ele deve aglutinar um conjunto de forças políticas e sociais que o apóiam. De uma forma ou de outra, esse conjunto vê contempladas as suas ambições e as suas perspectivas, mesmo que esse projeto seja hegemonizado por um ou outro grupo. E o que se enxerga na trajetória da "inserção" são coisas misturadas, inexplícitas e que não galvanizam a sociedade. Por isso, não há *slogan* que amarre a imaginação dos brasileiros, nem símbolos que unam as ações e os comentários, as decisões e as paixões.

Inserção significa coisas muito diferentes para os diversos segmentos sociais, nacionais e internacionais que atuam no Brasil. Rapidamente, damos alguns exemplos. Para os capitais internacionais, que forçaram a mudança de nossa economia no pós-socialismo real, o que interessa é a abertura econômica. E esta se expressa por dois pontos muito claros: circulação de capitais, circulação de mercadorias. Dito em termos de agora: nas finanças, a circulação de capital busca a aplicação de recursos financeiros, tanto no curto como no longo prazo. Começa-se com o curto, e, se a economia resiste, chega-se ao longo e aos investimentos produtivos. Na esfera das mercadorias, o interesse fixa-se na abertura irrestrita do comércio. Ou seja, os capitais estrangeiros querem um espaço para a expansão dos seus negócios. Já para os empresários de origem nacional, o que interessa nessa inserção é, além da expansão interna, a expansão dos grupos econômicos na multinacionalização das empresas, o aumento da sua capacidade competitiva e um cenário positivo de inter-relacionamento com os conglomerados externos. Numa palavra: o seu desejo é mudar o nível do capital, seja por associação, seja, se possível, por globalização, etc. Agora, para a população em geral, **inserção** quer dizer melhoria da qualidade de vida, de emprego, de saúde, de previdência, de habitação, do aumento de renda e do consumo de produtos de qualidade superior aos atuais. Ou seja, sair de um padrão de consumo subdesenvolvido para um consumo de primeiro mundo. Enquanto para as massas esfomeadas e miseráveis a **inserção** só pode significar mudança de sua condição, que se expressaria na erradicação da miséria, senão da pobreza.

A pergunta que emerge, aguda como uma ponta de faca, é, então, desafiadora: o projeto — quem sabe, melhor dizer, o esboço de projeto — contempla, *grosso modo*, esses múltiplos interesses? A resposta pode ser dada sem hesitação. E ela é negativa. Porque essa inserção não se baseia, nem enlaça um projeto de desenvolvimento nacional. E aqui nos aparece outro elemento crucial para a nossa análise. É que, ultrapassado o Estado desenvolvimentista, é preciso compreender que a mundialização afetou a soberania das nações, diminuindo esta substancialmente. E isso está evidente na questão da moeda, por exemplo. Mas ela, a mundialização, não rompeu, nem suprimiu os Estados-nações. Logo, **há que ter ainda um projeto nacional**. Um projeto nacional que saiba reformar o Estado, contemplar a abertura da economia, manter o apoio às empresas, criar condições de elevação do

emprego, fortalecer as políticas sociais com alterações e com avanços na educação, na saúde, na previdência, na habitação, na propriedade da terra, etc. e que faça um renascimento da cultura e das artes, numa ampliação do êxito da democracia no País.

Queremos dizer com isso que o projeto deve ter **conteúdo**. Pois sem conteúdo não há **sonho**, não há **utopia mínima possível**, não há capacidade de esperança, muito menos de paciência. E é por estar engolfado na economia, na abertura econômica, no curto prazo, sem a alma postada para um projeto nacional que o governo de Fernando Henrique vacila. Vacila e consome-se no ponto, na encruzilhada de um momento fundamental. Tudo porque não tem trabalhado sobre o futuro, caindo nas mesmas falências dos governos anteriores: o esquecimento de organizar o País em torno do longo prazo, da sociedade que virá.

Não é que o Governo não saiba dessas coisas. O que é difícil para ele é trabalhar sobre elas. Talvez por dar valores distintos, pesos diferentes aos diversos pontos das aspirações da economia e da sociedade, dedicando toda a preocupação para as jornadas diárias da economia. E, quando muito, um tanto para as negociações com o Congresso. Mas o projeto de nação ficou apenas sugerido na campanha eleitoral. Agora ele precisa ser construído em sua maior amplitude. E, principalmente, todas as partes devem funcionar ativamente na **criação de um clima** que vise às transformações e às realizações. Nesse sentido, o descuido é absoluto. Mesmo as áreas que não precisam de recursos significativos e podem apresentar uma movimentação expressiva e jubilosa, como a cultura, são deixadas no descanso semanal do Senhor. Precisa-se **produzir um ambiente** que estimule o País a ultrapassar o frenesi do dia-a-dia. O País precisa sentir que está em construção. Mas a pressa de solucionar pontos, como a questão da Previdência, só serve para envolvê-lo no atoleiro de transformações que não unem, mas desagregam. Fica então claro que o Governo não tem trabalhado o conteúdo do projeto nacional, não tem costurado os grupos sociais em torno do mesmo. Ele tem abdicado, com isso, de armar também uma estratégia, ficando acantonado na administração econômica da estabilização e na tentativa de passar reformas viscerais e quase sem crítica.

Damos, em seguida, mais um passo nas nossas considerações. Como vimos, a viscosidade do conteúdo do projeto dissolve uma possível estratégia, ficando o Governo pendurado numa política econômica restritiva. Vamos tentar, enfaticamente, definir esse ponto, porque, entendido ele, entenderemos o aprisionamento da equipe de Fernando Henrique Cardoso.

Posto que a inserção solucionava as pressões externas dos capitais e dos governos dos países avançados, bem como as contradições internas, Fernando Henrique Cardoso lançou-se no seu esboço de projeto, através de uma audaciosa operação de estabilização da moeda e dos preços, o chamado Plano Real. Junto, trazia a abertura econômica. Nela, numa ponta, estava o

comércio exterior para promover a competição nos mercados oligopolizados e cartelizados do Brasil e, na outra, a entrada de capitais de curto prazo visando ao dinamismo da Bolsa. Com o aumento persistente e prolongado de reservas cambiais, pensava-se, haveria a possibilidade da vinda de seus irmãos cautelosos, os capitais para investimento produtivo. Então, fixemos bem: **a estabilização de preços, e um possível desenvolvimento baseado no capital estrangeiro, só pode ser materializada através de uma concomitante operação de abertura econômica.**

Logo, um projeto de desenvolvimento precário.

É nessa altura que encontramos a zona minada pela qual passa o Governo. Feito o primeiro passo da estratégia de inserção, era fundamental trabalhar nos pontos de longo prazo (políticos, econômicos, tecnológicos, sociais, jurídicos, culturais), para que os cordéis deste não fossem cortados com a âncora do curto prazo. E já vimos aqui que o projeto é vago, não se amarra com a atualidade, e depende, quase exclusivamente, do capital externo. Certamente, prepondera algum componente da visão política mais liberal do Governo, mas somos forçados a perceber que o projeto nacional foi atropelado pela necessidade de manter a estabilização dos preços e da moeda e da abertura econômica. A economia do dia-a-dia cercou o Governo, colocou a política de futuro entre parênteses e começou a cortar as pontes com a mudança estrutural da economia e da sociedade brasileira. Ficamos prisioneiros da administração do real e do balanço de pagamentos. A política, como um balão que se esvazia, começou a murchar, por ação deste alfinete de aço que é a economia.

As razões do curto prazo: a mundialização e sua força

A mundialização da economia é um fenômeno da engenharia de um novo espaço da acumulação do capital, que transcende o espaço nacional. Ele transcende, mas perpassa este último, atravessando-o em diversos pontos e causando com essa passagem problemas novos. Assim, temos dois espaços, o mundial e o nacional, que em muitos lugares estão colados, são idênticos. Mas não há superposição integral da economia do País com aquela mundializada. Na verdade, a mundialização abriu um espaço autônomo, potencial, capaz de ser visualizado intelectualmente, porque abstrato, e preenchido, porque concreto. E esse espaço, na sua unidade abstrato-concreta, impõe às economias nacionais a sua presença e a sua forma de operação.

Mas o que nos interessa aqui é o efeito dessa estrutura do espaço da economia mundial sobre as economias nacionais e, em particular, sobre a economia brasileira.

Essa autonomia da mundialização está acompanhada de uma outra, a do capital aplicado nos mercados financeiros, criando um circuito mundializado das finanças, independente do circuito produtivo. Temos efetivamente um mercado integralmente internacionalizado e ligado 24 horas por dia. De Tóquio a São Paulo, passando por Cingapura, Nova Iorque, Hong Kong, Buenos Aires, México, etc. Na atividade produtiva, a dimensão da competição é mundializada, mas os mercados podem estar segmentados parcialmente, devido às proteções nacionais e à organização da forma como a economia se internacionalizou. De qualquer maneira, a hegemonia da valorização dos capitais é financeira, o que produz uma contração brutal no tempo de sua valorização, que passa a ter a característica da **instantaneidade**. Ao mesmo tempo, a instabilidade da competição nos mercados produtivos é multiplicada, muitas vezes, pela instabilidade dos movimentos e da valorização dos capitais especulativos. Como o movimento é mundial e não há nenhum Banco Central nesse nível, **o poder de instabilização** desses capitais é fortíssimo. E a regulação fica a cargo de cada Banco Central nacional, com alguma cooperação das demais entidades congêneres.

A partir desses rápidos aspectos da estrutura da economia mundial capitalista, estamos em condições de perceber que um país do Terceiro Mundo — México, Argentina, Brasil, por exemplo —, quando abre a sua economia e estabiliza a moeda, é assaltado por dois graves problemas:

- a) o vendaval dos capitais especulativos, que, oportunistas, mas ariscos, pousam e decolam rapidamente dos diversos espaços nacionais, exigindo do país hospedeiro um robusto nível de reservas para agüentar suas entradas e saídas;
- b) a ampliação do comércio externo, que provoca um aumento efusivo de importações, que servem tanto para escoar a produção internacional, quanto para provocar um aumento na capacidade de competição dos capitais nativos. Naturalmente que podem sofisticar o padrão de consumo de algumas camadas da população. Só que o déficit da balança comercial, agregado ao déficit crescente dos serviços, exige a entrada de capitais, que são, geralmente, de curto prazo, para resolverem os problemas do balanço de pagamentos.

Assim, vemos como a estrutura da relação "economia mundial e economia nacional" é muito rígida e altamente opressiva à segunda. Ou seja, a economia mundial subordina a outra, exigindo uma tremenda capacidade de política econômica desta para que não entre em crise profunda. A velocidade, a instantaneidade e a instabilidade dos capitais de curto prazo impõem a necessidade de uma economia agressivamente estabilizada e de forma permanente. A política econômica termina, portanto, por ser restrita e com escassos raios de manobra, uma vez que a sua **vulnerabilidade** é muito grande.

Dessa forma, o ponto frágil da economia nacional é a sua moeda, face interna/face externa. Para segurar a desestruturação interna e controlar o descalabro da inflação, é fundamental ancorar a moeda nacional a uma moeda forte. No nosso caso, ao dólar. Mas, com a abertura da economia, ocorrem os efeitos, já descritos, de pressão sobre as reservas, tanto pela ação dos capitais especulativos quanto pelo déficit das transações correntes. Assim, se a desvalorização de moeda é uma ameaça terrível, ela encadeia profundas repercussões inflacionárias, sobretudo se o Governo não for capaz de controlar seus déficits operacionais e financeiros; estes últimos devido ao jogo dos títulos públicos para manter o controle dos meios de pagamentos.

Voltemos à questão do projeto nacional e sua estratégia. Do que certamente o Governo não tinha se dado conta é da **veemência dessa estrutura**. Ela é poderosamente rígida e desgraçadamente devastadora. Para enfrentá-la, há que fazer uma política econômica restrita. Assim, no primeiro momento, aquele do Plano Real, o seu manejo deu-se em cima das políticas monetárias, financeira e cambial, baseado na âncora dolarizada. Mas a tempestade mexicana trouxe uma preocupação adicional. Para manter a abertura econômica é indispensável, agora, ter um complemento no ajuste das finanças governamentais, sendo até mesmo fundamental a **constituição de uma poupança do setor público, em nível bastante significativo**. Ou seja, há que ter duas âncoras, a cambial e a fiscal, dada a vulnerabilidade da economia e da ação arrasadora dos capitais de curto prazo. Desse modo, a ação das forças oriundas da estrutura em pauta provoca concentração do Governo na economia e no curto prazo e restringe a política econômica, de forma defensiva, à moeda, às finanças e ao câmbio, além de requerer esforço especial no campo fiscal e na poupança pública.¹

Nesse sentido e nesse ponto é que ocorre, constatamos, a ruptura do curto e do longo prazo, da economia e da política, dificultando, inclusive, a reforma do Estado. Essa realidade causa a incapacidade do Governo de negociar, articular e desenvolver o conteúdo do projeto nacional, pois sua atenção acaba por se voltar às questões presentes, imediatas, cotidianas, ocasionando o rompimento do próprio esboço do projeto, da estratégia e da administração. A força dessa ruptura tem tal impacto que, na ânsia de dar condições econômicas ao Estado, o Governo apressa as questões da Previdência e do salário dos funcionários e se enrola na ordenação dos tributos e na privatização das empresas públicas, etc. Por falta de definição do projeto,

¹ A crítica que fazemos da absorção do longo prazo ao curto não elide a necessidade de trabalhar rigorosamente as questões da estabilização e da abertura da economia. A economia não é a aplicação de soluções uma vez para sempre, há que estar continuamente atento para a correção de rumo.

por falência de uma estratégia de longo prazo, o Governo perde a definição do dito conteúdo do projeto, do *timing* da implantação das etapas do projeto, para, finalmente, começar a ver diminuída a confiança e a sua credibilidade junto aos grupos sociais. O curto prazo com o seu economicismo termina por devorar as entranhas da política.

A fragmentação da política econômica e social

Do ponto de vista do Governo, e numa fase histórica de reformulação do Estado desenvolvimentista, importam três coisas: o projeto nacional, a estratégia e a administração do dia-a-dia. Para que essa integração tenha sucesso, já que articula o imediato com o mediato, o presente com o futuro, o sistema tem de encontrar o instrumento que possa unir, na prática, esses dois pontos. Esse instrumento já existe, é o Estado. Hoje, porém, ele é incapaz de produzir essa soldagem, dado o seu desconfortável enosamento. Ele precisa ser reformulado, em quase todos os seus aspectos, desde as receitas até a estrutura material. Aqui, trava-se uma batalha atroz e profundamente equívoca.

Equívoca, porque **só elaborado o projeto nacional e definida a estratégia é que o Estado pode ser reformulado**. Caso contrário, o debate fica eivado de preconceitos. Na prática, pode-se fazer uma cirurgia dispensável, muito aquém ou muito além do necessário. É em função do projeto, da estratégia e da política econômica e social que essas questões, como a fiscal, a tributária, a política de pessoal, a de cargos e salários, a do papel das estatais e da privatização, da reorganização das estruturas políticas e físicas dos Ministérios, da erradicação do corporativismo, da estrutura e do grau de eficiência e de eficácia da burocracia estatal, etc., acabam por encontrar encaminhamento e soluções. Enfim, é no desdobramento do projeto, da estratégia e da política econômica e social que pode-se conceber adequadamente o novo corpo do Estado. O que acontece hoje é uma linha sinuosa e oscilante que não atende a esse objetivo, uma vez que se modifica no rastro de momentâneas insatisfações do Governo, de visões parciais do Estado, de propostas insuficientes para um projeto nacional incompleto e apressado, de teorias às vezes consistentes, mas totalmente desvinculadas de um projeto nacional, ou de pressões ideológicas da mídia ou de segmentos sociais.

No estágio atual dos acontecimentos, com a opacidade do citado projeto nacional, com a falência da estratégia e a redução da política econômica de curto prazo, duas consequências emergiram à superfície do oceano público: de um lado, a fragmentação da política econômica e social do País e, de outro, como seqüência, a superconcentração do Estado na gestão da abertura econômica e da estabilização de preços. Trata-se ainda da mesma realidade, do mesmo fenômeno do divórcio da política e da economia, do curto e do longo

prazo. **Essa divergência provoca a desestruturação de uma possível unidade da política econômica e social.** Desestruturação que restringe tudo ao curto prazo e ao imediato. E, ao mesmo tempo, provoca uma fragmentação insolúvel na carroceria desse veículo.

Verifiquemos. Pelo fato de termos um projeto vago, emerge nitidamente que não há uma sustentação de uma política econômica e social global. Fazemos a verificação dessa sentença quando percebemos que o Governo **tem** política monetária, **tem** política financeira, **tem** política cambial e tenta instalar, via reforma da Constituição, uma política tributária. Mas **não tem** uma política industrial, **não tem** uma política agrícola, **não tem** uma política tecnológica, **não tem** uma política de rendas, **não tem** uma política de infra-estrutura, etc. E com essa fotografia, constatamos uma cisão na política econômica e social em, pelo mínimo, três desacompanhadas partes, senão quatro: a primeira, a da política econômica de curto prazo — moeda, finanças e câmbio — junto com uma tentativa de longo prazo — a política tributária; a segunda, a das políticas sociais de longo prazo, focalizadas, em mudanças fragilmente discutidas, apenas na Previdência, na saúde e na educação; a terceira, a das áreas da indústria, e da agricultura, com modestíssimas discussões, geralmente canalizadas para a conjuntura da estabilização de preços e da abertura imediata da economia.

Poderíamos observar, então, uma quarta parte, com as demais totalmente desarticuladas entre elas, que é a da infra-estrutura, onde o tema maior parece ser um possível sistema de parceria, insuficientemente discutido e debatido. Com essa análise, a evidência é notória: há, de fato, uma ausência de projeto nacional inspirando uma política econômica e social global, que, por essa razão, fica esquartejada, **fragmentada em múltiplas partes**. Segmentação que é, até agora, a única resposta diante da pressão da economia mundializada, uma força consistente, que nos retém e nos amarra no processo de abertura econômica e na sempre ameaçada estabilização de preços.

O desnudamento do esquema "estabilização-abertura econômica"

A ruptura da unidade de política econômica e social vem demonstrar dois problemas: primeiro, a prisão em que o Brasil está nesse modelo "estabilização da economia-abertura econômica"; segundo, a dificuldade crescente para promover o desenvolvimento econômico — e, mais longinquamente, o desenvolvimento social.

Do primeiro item já falamos intensamente neste artigo. Apenas é interessante notar que aqui ocorreu um fenômeno que, em outros tempos, se chamava de **reversão dialética**. Certamente, a expectativa dos nossos formu-

ladores de política econômica era a de que se fizesse a estabilização e que abrissemos a economia. O resultado seria o bloqueio dos preços e o aumento da competitividade nacional. Obteríamos, concomitantemente, ainda, uma reorganização do Estado, baseada economicamente nas âncoras cambial e fiscal. Não se faria esperar muito o desenvolvimento, já que a afluência de capitais internacionais engalanaria o investimento produtivo. E estes, combinados com os nacionais, agora já competitivos, pela abertura econômica, poderiam promover uma lenta, mas alvissareira, expansão. Podemos ver que **a expectativa é do inverso**. Os capitais internacionais de curto prazo e o comércio exterior terminaram por cercar o Brasil e circunscrever as conjunturas econômicas vindouras a uma nova estrutura: estabilizar para que o País seja base da circulação financeira e de mercadorias dos capitais internacionais. E só se houver uma sustentação prolongada dessa estrutura é que o desenvolvimento pode se fazer através de novos investimentos dos capitais produtivos do Exterior e de efeitos da exportação sempre crescente da produção nacional. Ou seja, o desenvolvimento até pode vir, mas não é imediato e será fruto da combinação aleatória dos capitais nativos e alienígenas.

Do segundo item — a promoção do desenvolvimento —, chamamos atenção para uma provável **defasagem de tempo** na busca do desenvolvimento econômico e social. Se o Estado não tiver recuperado a sua capacidade de manobra, com o luminoso objetivo de avançar na promoção do desenvolvimento, e a política industrial ficar por conta das decisões privadas de investir, o Governo não terá nenhum controle sobre o tempo de começo de uma onda de investimentos produtivos. Dessa forma, os sacrifícios que são pedidos à população não serão compensados pela esperança viável de um próximo desenvolvimento. O grave é que indícios dessa queda de expectativas já começaram a emergir. E a desconfiança, depois da tempestade mexicana no último verão, já atinge a pergunta sobre se o Governo terá ou não capacidade de manter a estabilização. Sim, porque a ruína desta será a inflação, a reindexação e a ameaça, que passará a ser constante, do paroxismo dessa situação: a hiperinflação.

Ou seja, o desnudamento dos horizontes do governo de Fernando Henrique Cardoso tem sido rápido, numa velocidade incrível, seja pela atual aceleração de uma economia com hegemonia financeira, seja porque se evidenciou que o Governo não tem projeto nacional e não tem estratégia e, por conseguinte, não tem projeto de desenvolvimento econômico e social consistente. Daí a fragmentação da sua política que constatamos. Porém, com os dados que estamos discutindo, pode-se chegar a uma outra conclusão: que o Governo só tem esse projeto — estabilizar e abrir a economia. E apostar que, com a reforma pretendida do Estado, se consiga a manutenção prolongada da estabilização e, com ela, mais tarde, a vinda do futuro desenvolvimento econômico (e, quem sabe, social), o que parece uma jogada audaciosa, centrada numa falta de pretensão. Ou, talvez, algo mais profundo, o que é demasiadamente perturbador: o fruto maduro de uma avaliação desesperada

e super-realista que marca uma nova etapa da teoria da dependência. E, com isso, dada a impotência nacional de um projeto, acabaria consagrada a política econômica restritiva.

A vitória do curto prazo vem de uma derrota do longo. Marca a reiteração, no caso da economia brasileira, de uma estrutura submetida a outra. Isso quer dizer que suas decisões são observadas na imposição da economia substancial, a economia mundializada. Logo se descobre, com temor e tremor, que o Brasil faz **uma política reativa**, e, por isso mesmo, **defensiva**. Para sair dessa posição, só a grande política, unindo sociedade e economia. Só ela tem a suficiente força, não para eliminar a submissão, mas ao menos para colocá-la num outro nível, num nível de menor subordinação. Realizar o que estamos dizendo passa pela criação de um projeto nacional, uma estratégia e uma política econômica e social de longo prazo. Não conseguindo produzir tal operação, resta ao País e aos gestores de política econômica o atropelo do cotidiano, caracterizado pela administração do esquema "estabilização-abertura da economia". E o desenvolvimento chegará quando houver certeza de que o País está estabilizado e pronto para receber o capital produtivo internacional.

A Nação prisioneira da economia

O dia-a-dia é uma noite geralmente escura, porque só o projeto nacional e sua estratégia descortinam o sol que ilumina as soluções e a população. Desde que Ciro Gomes apostou, no fim do Governo Itamar, na alegria das importações é que, passado o feliz primeiro momento, o temporal se ampliou sob o "efeito tequila". O grande lastro das reservas foi se consumindo vorazmente. Não se teve descanso. Um problema levava a outro. E surgiram a necessidade de conter o déficit da balança comercial, a necessidade de desvalorizar o real, a necessidade de elevar os juros, a necessidade de frear a demanda, a necessidade de aumentar as tarifas de importação, etc. Ou seja, há sempre a necessidade, há sempre o império da tomada de decisão numa certa direção. O movimento permanente é o de manter a relativa estabilidade e, tanto quanto possível, a abertura da economia.

O desagradável dessas horas inquietantes é que o País fica obcecado pelos solavancos, e às vezes traumas, da política da administração de curto prazo. Até se pode dizer que há o esquecimento de todas as outras coisas, os outros pontos de política ampla. **Há muito tempo que o Brasil está prisioneiro da economia**. E da economia de curto prazo. Naturalmente que ela é decisiva, mas se não há outras proposições, o País sufoca. Nesse sentido é que temáticas que introduzem o futuro podem aliviar a hora desesperada do momento. Espanta que a cultura, por exemplo, é deixada de lado. Espanta que a tecnologia não seja utilizada para criar um ambiente de modernidade, para

galvanizar a população em torno de um projeto que exija produtos de qualidade, novas formas de produção e de organização empresarial e social, etc. Espanta que não se discuta um roteiro de desenvolvimento econômico, político e social para o Brasil. Apenas educação e saúde, modestamente porém, começaram a discutir com a população uma nova realidade. **A Nação cai, assim, sob o sítio interno e externo da mundialização**, reduzindo seu horizonte de sociedade ao calvário das distorções que emergem na conjuntura.

E até mesmo a reforma do Estado já nasce capenga e capturada pelo momento presente, cujo peso é bem visível na questão da Previdência e na liquidação do capital estatal, no fenômeno chamado de privatização. Pois de todas as suas funções, a única que é tratada, no momento, é a função do Estado como regulador. E, no caso, como regulador de curto prazo. Das demais, quase nada. Não se constroem as funções de **Estado-antecipador** — onde o futuro, inclusive econômico, seria traçado —, nem as de **Estado-coordenador** — com a insubstituível tarefa de articular a sociedade. Por outro lado, as funções do **Estado-produtor** e do **Estado-empregador**, sem exame, historicamente, do porquê de seus engavetamentos, são simplesmente deixadas de lado. E execradas. A base dessas opções é, sem dúvida, a hegemonia do esquema "estabilização-abertura econômica" e o fato de a Nação estar prisioneira da economia.

Seguindo nesse quadro, do Governo e da sociedade como reféns do econômico do curto prazo, verificamos que o Planejamento, o órgão que liga o presente ao futuro, que vai do orçamento ao projeto de desenvolvimento, tem uma das pernas fraturadas, aquela do porvir. Essa é uma vocação de longa data dessa pasta. A começar por Delfim Netto, que dizia que no Brasil só se planejava a semana seguinte, passando por Sayad, que atropelava Dilson Funaro, nos dias trágicos do Plano Cruzado. Seja como for, a falta de projeto nacional recai como uma lâmina afiada sobre o **Estado-planejador** e descostura o tecido que une o agora ao amanhã.

Olhamos por aqui e por ali, o filme é sempre o mesmo. Sobra o grande personagem do momento: o **Estado-regulador**. E regulador de curto prazo. É por isso que a esperança vacila, a credibilidade decresce e a confiança se ausenta.

Conclusão

As eleições deixaram uma expectativa de que o Governo articularia um projeto nacional, negociando, social e politicamente, com os grupos sociais e os partidos políticos. A estabilização e a abertura da economia seriam as precondições. Empurrado por uma pressa empresarial, sustentada em parte por uma mídia de cunho liberalizante, o governo de Fernando Henrique, que se queria social-democrata, assumiu a visão dos liberais. Com isso, as preocupações com o imediato obtiveram prioridade, e as ilusões da "inserção da

economia brasileira na economia mundial" foram se esfumando. É indispensável que o Governo assuma novamente a sua capacidade de projetar a dinâmica do longo prazo e trabalhe para tal, organizando uma agenda sólida de discussão ampla com a sociedade, desde empresários, banqueiros até trabalhadores urbanos, funcionários públicos e trabalhadores rurais. Essa foi a proposta de Fernando Henrique na Fazenda e com ela alcançou confiança e credibilidade, expressas até hoje no Plano Real. Só que manobras que podem cair sob suspeição, como as de vazamento da desvalorização da moeda, desfazem o patrimônio adquirido. E na era da velocidade do capital de curto prazo, o capital político também se desmancha velozmente. Três meses foram suficientes para instabilizarem o Governo Fernando Henrique. O tempo dirá se esta lição foi aprendida: a do comando da política sobre a economia.

Na verdade, temos uma surpreendente descida aos infernos. O esquema "estabilização-abertura de economia" mostrou os limites ao qual estamos sujeitos, as bordas do abismo pelo qual estamos passando. E são limites muito rígidos e que exigem da equipe de Fernando Henrique Cardoso tenacidade, invenção, rapidez de solução e de raciocínio. E a situação é claramente apertada, qualquer pensamento de folga é o começo de mais uma descida no nível do inferno. E é um inferno enganoso, cheio de truques informáticos, vistosos, às vezes, falsamente animadores. E, no entanto, por trás do cenário hollywoodiano, das mercadorias importadas e dos capitais especulativos está a vertigem que nos leva cada vez mais adiante, num só sentido. Felizmente, a desgraça dos outros é alerta. Trágico, dizer isto, mas o México nos trouxe a imagem do monstro. Ainda há tempo para mobilizar o País e voltar ao longo prazo. O Governo mal começou. É por aí que se pode dizer não à "fracassomania".